

Vacinação contra
sarampo continua

JORNAL DE BRASÍLIA

1986
10 SET

Continua a campanha de vacinação contra o sarampo em todo o Distrito Federal para acabar com a epidemia da doença que, este ano, já atingiu 615 pessoas, índice duas vezes superior em relação aos casos notificados em 1985. A previsão é que, até 26 de setembro, sejam vacinadas 250 mil crianças, de 5 a 14 anos, em 394 escolas e creches em todo o Plano Piloto e satélites.

Admitindo a presença da epidemia, a diretora do Departamento de Saúde Pública, Rosely Cerqueira, explica serem cíclicas as fases em que a doença se pronuncia, mais precisamente de três em três anos. Desta vez, no entanto, a preocupação é maior pelo grande número de casos. «Observando-se a doença, temos casos de crianças na faixa de quatro anos e um crescente número de pessoas com até 24 anos portando a doença. Sendo assim, optamos pela vacinação de estudantes de até 14 anos, para evitar a expansão da doença a nível familiar, o que atingiria os menores de quatro», diz ela.

Mesmo não havendo, até agora, notificações de óbito no Departamento, Rosely alerta para a necessidade de conscientizar os pais da importância da vacina, pois muitos deles acham que a doença é benigna. Na verdade, as possíveis consequências do sarampo podem até mesmo levar à pneumonia, meningite e, em crianças desnutridas, à morte.

A campanha de vacinação encontra-se em Taguatinga, mas a partir do dia 15 deverá atingir a Asa Sul, Brasília, Ceilândia e Sobradinho. A

seguir, virão a Asa Norte e demais satélites.

Faltam recursos

Segundo Rosely, os casos de epidemia em Brasília poderiam ser evitados se o trabalho de prevenção contasse com melhores recursos humanos e materiais que pudessem impedir o avanço da doença logo após detectado o primeiro caso. Hoje, conforme explica, é impossível deslocar funcionários dos centros de saúde para os locais onde sejam observadas. «Nos Centros dificilmente há médicos sanitários e as enfermeiras trabalham apenas internamente», explica.

Outro problema, ainda segundo a diretora do Departamento de Saúde Pública, refere-se à inexistência de viaturas próprias para o setor de prevenção. Sendo assim, a cada visita ao local onde surja a doença, é necessário pedir a autorização dos hospitais regionais, o que dificulta o trabalho.

«Economizariamos bastante se pudéssemos coibir a doença antes que tomasse grandes proporções», explica Rosely enquanto lembra que no surto de 83, das 3.000 crianças afetadas, 700 foram internadas por sete dias, trazendo custos ao Governo de cerca de 71 milhões de cruzeiros. «Se evitarmos a epidemia, evitaremos gastos», diz ela, acrescentando ser a municipalização dos serviços de saúde e o aumento de recursos esperanças de contribuição para a eficácia da prevenção de doenças, à medida em que o Departamento poderia receber os recursos desejados.